

PROV342015

Código de validação: 74BD74663C

Dispõe sobre a implantação da Unidade Especial do Torcedor do Poder Judiciário do Maranhão – UET/MA e dá outras providências.

A Desembargadora Nelma Celeste Souza Sarney Silva Costa, Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão e Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, no exercício de suas atribuições legais e nos termos, dentre outros, do disposto no artigo 125, § 7.º da Constituição Federal; artigo 94 da Lei n.º 9.099/95; artigos 41, inciso I, e 41-A, ambos da Lei n.º 10.671/03, artigo 4.º da Lei n. 12.299/10; artigo 176 do Código de Processo Civil, artigo 30, XV e XLIII, alíneas “a” e “e” do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

CONSIDERANDO a necessidade de atuação do Poder Judiciário do Maranhão na implementação dos direitos e garantias previstos na Lei nº 10.671/2003, denominado Estatuto de Defesa do Torcedor;

CONSIDERANDO o caráter específico das demandas, bem com a exigência de instrumentos e mecanismos jurídicos próprios para efetivação normativa;

CONSIDERANDO a criação de uma estrutura jurisdicional primária de efetivação do Estatuto de Defesa do Torcedor, objetivando a busca de conhecimento logístico para implantação futura e efetiva do Juizado do Torcedor e de Grandes Eventos;

CONSIDERANDO o clamor da sociedade em geral, manifestada, inclusive, por atuação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em atenção a diversas questões que envolvem a promoção de eventos esportivos, inclusive de caráter metaindividual.

RESOLVE:

Art. 1.º Fica implantado o programa de atendimento denominado Unidade Especial do Torcedor do Poder Judiciário do Maranhão – UET/MA, com funcionamento na capital e nos interiores do Estado do Maranhão.

Art. 2.º A UET/MA funcionará, em regime de plantão e caráter itinerante, nos dias da realização dos eventos desportivos, iniciando-se 02 (duas) horas antes do horário estabelecido para o respectivo acontecimento.

Art. 3.º A UET/MA será competente para examinar medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais a que se referem a Leis nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, bem como demais matérias cíveis e criminais exclusivamente decorrentes das atividades reguladas no Estatuto de Defesa do Torcedor.

Parágrafo único. Eventuais procedimentos que envolvam interesses da criança e do adolescente, bem como aqueles que não se encontrem expressamente definidos no âmbito da competência da UET/MA, ainda que resultantes de ocorrências vinculadas ao evento esportivo, serão encaminhados ao Plantão Judiciário regular ou ao órgão jurisdicional competente.

Art. 4.º A UET/MA funcionará com, no mínimo, 01 (um) juiz, 01 (um) servidor, 01 (um) conciliador e 01 (um) oficial de justiça, contando também com equipe multidisciplinar de atendimento à vítima, ao agressor e ao torcedor, nos termos da legislação pertinente.

Art. 5.º Na capital, caberá à Corregedoria Geral da Justiça, por meio da Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, definir a forma de atuação e o rodízio dos magistrados e servidores a serem designados para a UET/MA.

§1º Nas Comarcas do interior, caberá à Diretoria do Fórum respectivo definir a forma de atuação e o rodízio dos magistrados e servidores a serem designados para a UET/MA, devendo ser dada preferência aos integrantes do juizado especial criminal da localidade.

§2º O Juiz designado não ficará vinculado ao processo, sendo que petições, pedidos, requerimentos, comunicações, autos e quaisquer papéis recebidos ou processados durante o período de atuação da UET/MA serão recebidos e impreterivelmente encaminhados à distribuição ou ao juízo competente no início do expediente do primeiro dia útil imediato ao do encerramento do plantão, conforme a sistemática de distribuição do Poder Judiciário do Maranhão.

Art. 6.º Os Juízes e servidores que atuarem durante o plantão da UET/MA terão os dias trabalhados compensados pela fruição de 01 (um) dia de folga, por evento participado, sendo vedada a substituição da folga compensatória por retribuição pecuniária.

Art. 7.º A atuação conjunta do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil, bem como demais instituições e entidades públicas, será definida mediante ato específico.

Art. 8.º Eventuais questões administrativas referentes à UET/MA deverão ser encaminhadas à Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, para tramitação conforme as normas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Art. 9.º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Luís/MA, 27 de outubro de 2015.

Desembargadora NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA
Corregedora-geral da Justiça
Matrícula 16253

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/11/2015 12:28
(NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA)

Informações de Publicação

Edição	Disponibilização	Publicação
202/2015	06/11/2015 às 11:25	09/11/2015